



Aufklärung. Revista de Filosofia

ISSN: 2358-8470

revistaaufklarung@hotmail.com

Universidade Federal da Paraíba
Brasil

Santos de Oliveira, Eduardo Alexandre; Dreher Heuse, Ester Maria
O DISPOSITIVO DISCIPLINAR NOS ESTUDOS DE MICHEL FOUCAULT
Aufklärung. Revista de Filosofia, vol. 4, núm. 2, mayo-agosto, 2017, pp. 91-106
Universidade Federal da Paraíba
João Pessoa, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=471555235011>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

O DISPOSITIVO DISCIPLINAR NOS ESTUDOS DE MICHEL FOUCAULT

[THE DISCIPLINARY APPARATUS IN MICHEL FOUCAULT'S WORK]

Eduardo Alexandre Santos de Oliveira *

Ester Maria Dreher Heuser **

RESUMO: Trata-se de uma investigação acerca do conceito de dispositivo disciplinar concebido pelo filósofo francês, Michel Foucault. Apresenta-se em que consiste um dispositivo e sua ligação com poder-saber – a qual o permite funcionar como máquina edificadora de sujeitos. Em seguida, aborda-se como o dispositivo, na perspectiva disciplinar, atua nessa empreitada: sua organização, suas formas de exercício de poder, as ligações estabelecidas entre esses aparelhos – o que caracteriza a sociedade panóptica – e, também, como se aproveitam os indivíduos formados de maneira contrária à lógica desse dispositivo em outras metas, o que é verificado na análise da instituição que mais intensifica esse processo: a prisão.

PALAVRAS-CHAVE: Michel Foucault; dispositivo disciplinar; sujeito; poder-saber.

ABSTRACT: This is an investigation about the concept of disciplinary apparatus designed by the French philosopher Michel Foucault. It comes in that is a apparatus and its connection with power-knowledge – which allows it to function as edifying machine subject. Next, it discusses how the apparatus in disciplinary perspective, acts in this endeavor: its organization, its ways of exercising power, the links established between these devices – which characterizes the panoptic society – and also as leverage trained individuals contrary to logical way this apparatus on other goals, which is verified in the analysis of the institution that intensifies this process: the prison.

KEYWORDS: Michel Foucault; disciplinary apparatus; subject; power-know.

1.0 QUE É UM DISPOSITIVO?

Os trabalhos do filósofo francês Michel Foucault são divididos, de certo modo, em dois períodos, a saber, o arqueológico e o genealógico. Enquanto os da primeira fase, numa palavra, voltam-se à questão da *episteme* e dos problemas metodológicos que ela aborda¹, os da segunda fase remetem à questão do dispositivo (Cf. CASTRO, 2009, p. 123-124) que é o alvo de investigação desse trabalho. Entretanto, em que consiste o dispositivo no pensamento de Michel Foucault? Em *Microfísica do poder* (1979), encontram-se argumentos do filósofo francês que defendem tal conceito.

* Professor de Filosofia no Departamento de História do Campus de Irati da Universidade Estadual do Centro-Oeste - UNICENTRO. [m@ilto: eduoliveira84@gmail.com](mailto:m@ilto:eduoliveira84@gmail.com) ** Dra. em Filosofia. Professora-pesquisadora da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, Campus Toledo, PR, no curso de Filosofia - Licenciatura, Mestrado e Doutorado (Linha: Ética e Filosofia Política). [m@ilto: esterhe@hotmail.com](mailto:m@ilto:esterhe@hotmail.com)

Primeiramente, deve-se entender por dispositivo a ligação que se efetiva entre instituições, discursos, tratados morais e filosóficos, organizações arquitetônicas, enunciados científicos, ou seja, “[...] o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos.” (FOUCAULT, 1979, p. 244). Pode-se observar a ligação dos elementos que formam o dispositivo no caso das prisões do século XVIII analisadas pelo filósofo: a arquitetura formada por celas nas quais se insere um condenado – visando seu isolamento para fazê-lo refletir sobre seu ato criminal –, os discursos ministrados no interior dessa instituição que estipulam um padrão de normalidade, o auxílio de biblias para que os detentos se arrependessem de seus maus feitos, tudo isso forma o dispositivo de punição e prisão.

Foucault compreende, também, por dispositivo “[...] um tipo de formação que, em um determinado momento histórico, teve como função principal responder a uma urgência.” (FOUCAULT, 1979, p. 244). Sequestrar certa massa flutuante para os procedimentos de um dispositivo, para regulá-la é um exemplo dessa afirmação que pode ser observado na prisão inglesa de Gand do século XVIII: em 1749, um levantamento na jurisdição de Alost² aponta que os malfeitores da época, não eram “[...] artesões ou lavradores (os operários só pensam no trabalho que os alimenta), mas, vagabundos que se dedicavam à mendicância.” (FOUCAULT, 2007, p. 100). A prisão britânica se apoia nesse censo e visa capturar os indivíduos improdutivos para reconstruir neles imperativos econômicos. De que modo se fazia isso? Por meio de uma pedagogia, que criava hábitos de trabalhos nos condenados: “[...] a atração do ganho o excita, [...]: corrigido em seus hábitos, acostumado a trabalhar, alimentado sem inquietação com alguns lucros que reserva para a saída [ele aprendeu uma profissão] que lhe garante uma subsistência sem perigo.” (FOUCAULT, 2007, p. 101). Em suma, Gand visava formar uma quantidade de novos operários, fazendo com que os pobres tivessem benefícios sem a divisão de caridade.

Essas considerações levam a se adicionar mais uma informação sobre os dispositivos: esses podem ser táticos – os quais compõem determinada estratégia – como também, consistirem na própria estratégia: a família, o hospital, o exército, são dispositivos, conforme afirma Foucault. Entretanto, podem ser táticas, ou seja, instrumentos para o funcionamento de uma estratégia maior, tal como produzir determinada população sob um investimento político. Em outras palavras, esses dispositivos são utilizados para fazer funcionar uma estratégia.

Sendo estratégia ou compoendo-a, um dispositivo atua de maneira a constituir indivíduos que atendam determinada urgência histórica que se impõe como objetivo, como por exemplo, induzi-los a corresponder ao mundo da economia. Para explicitar essa afirmação, observa-se o modelo da prisão da Filadélfia, um sistema que retoma perspectivas do modelo britânico. Essa instituição impunha trabalhos forçados aos detentos e controlava as tarefas de três modos: determinava-se um tempo para serem executadas certas funções (fragmentava-se e controlava-se assim, o tempo dos condenados); submetia-se os detentos à vigilância contínua (tratava-se da técnica que permitia a fiscalização de seus desempenhos); inseriam-se os infratores numa determinada posição para garantir sua correção moral no mundo da economia (controlava-se o espaço dos detentos). O modelo dessa instituição, em suma, sujeitava os presos a trabalhos forçados para assim, corrigir seus corpos, hábitos e condutas, o que acarretava tornar esses enclausurados viáveis economicamente.

Tanto a prisão norte-americana quanto a britânica, abordada anteriormente:

São dispositivos voltados para o futuro, e organizados para bloquear a repetição do delito. O objeto das penas não é a expiação do crime cuja determinação deve

ser deixada ao Ser supremo; mas prevenir os delitos da mesma espécie. [...] a prevenção dos crimes é o único fim do castigo. (FOUCAULT, 2007, p. 104).

Significa que esses dispositivos de aprisionamento não visam punir para apagar um crime, mas, transformar os culpados de modo a constituí-los como sujeitos sob certa perspectiva econômica que se impõe enquanto objetivo.

Outro aspecto que se pode observar sobre os dispositivos, segundo Foucault, é que eles estão ligados a relações de poder “[...] estando sempre, no entanto, ligado a uma ou a configurações de saber que dele nascem, mas que igualmente o condicionam. É isto, o dispositivo: estratégias de relações de força sustentando tipos de saber e sendo sustentadas por eles.” (FOUCAULT, 1979, p. 246). De que modo se vê a relação de poder e as implicações em saber, no dispositivo? Antes de responder essa questão, deve-se, necessariamente, abordar outra indagação, qual seja, o que se entende por poder e saber na filosofia de Foucault?

O poder, para esse filósofo, é compreendido como infinitésimas “[...] relações de forças de pequenos enfrentamentos, microlutas.” (FOUCAULT, 2006, p. 231). No interior de um corpo social, há essa modalidade de enfrentamento na relação entre homem e mulher, pais e filhos, professores e alunos, entre outros. Investigar o poder sob essas lutas infinitésimas significa conceber “[...] o poder em suas extremidades, em suas últimas ramificações, lá onde ele se torna capilar.” (FOUCAULT, 1979, p. 182). Em suma, são microlutas que ocorrem no interior de um corpo social, são micropoderes.

Essas microlutas consistem em ações sobre ações, ou seja, enfrentamentos de atos, o que pode ser exemplificado quando se analisa o âmbito familiar: o fato de pais vestirem seus filhos de determinado modo, de reprimi-los quando se portam inadequadamente, de castigá-los em virtude de maus comportamentos, são arquétipos das ações dos adultos sobre as de sua prole. Esse exercício acaba por “[...] incitar, induzir, desviar, tornar fácil ou difícil, ampliar ou limitar.” (FOUCAULT, 2005, p. 78) o que implica a constituição do sujeito. Nas palavras do pensador, “[...] me constituo como sujeito através de um certo número de relações de poder que são exercidas sobre mim e que exerço sobre os outros.” (FOUCAULT, 2005, p. 327). Nesse caso da família, as crianças são constituídas como sujeitos por meio do exercício das ações dos pais sobre as suas. Entretanto, esses adultos também o são ao exercerem essa prática, pois, os gestos dos menores exigem a ação de controle desses adultos. Inclusive, esses maiores não estariam subordinados a determinadas normas sociais que são pré-estabelecidas a eles?

Valendo-se, ainda, desse exemplo familiar, pode-se indagar: seriam apenas os pais a exercerem poder sobre as ações dos filhos? A resposta a isso certamente é negativa. As crianças podem, simplesmente, resistir a tal exercício, o que limita as ações dos adultos e modifica suas posturas na instituição. Em todas as partes da sociedade se exerce esse poder opositor o que significa que, atuando como resistente, os indivíduos dão origem a modificações nas formas de exercício de poder que acarreta em novas lutas sociais (Cf. JARDIM, 2006, p. 104). Sendo assim, Foucault diz que o poder jamais deve ser considerado instrumento de domínio³, e se não pode ser algo do qual alguém se apropria, ele não está localizado num lugar ou noutro: o poder é exercido em rede e em “[...] suas malhas, os indivíduos não só circulam, mas estão sempre em posição de exercer este poder e de sofrer sua ação.” (FOUCAULT, 1979, p. 183).

Para Foucault, o poder implica saber e conseqüentemente, o saber repousa sob um jogo de poder. Mas em que consiste esse saber? Trata-se de conjunto de elementos constituído no campo de uma formação discursiva em conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas num tempo e espaço. Diz-se, com isso, que em

determinado momento, emite-se certo enunciado e isso que fora dito se configura como um saber verdadeiro⁴, o qual, ao ser ensinado por meio da relação de poder, atua de maneira disciplinar, produzindo o indivíduo. Assim, um saber, ao ser edificado, é reproduzido por instituições que atuam como uma maquinaria social, produzindo indivíduos que se comportam e se conduzem a partir desse saber, tal como pôde ser observado no arquétipo da prisão Gand anteriormente citada: o saber sobre os desocupados foi considerado verdadeiro e é a partir dele que se sequestram certos indivíduos para a instituição que lhes ensina o saber do trabalho. Assim, o sujeito é investido por uma relação de poder-saber e tem sua subjetividade esculpida, por meio das ações sobre ações de modo com que ele corresponda à urgências históricas locais.

Constituindo indivíduos a partir de um saber verdadeiro, por meio de uma relação de poder, esses dispositivos são articulados num jogo, para ocultar suas metas e, conseqüentemente, o exercício de poder. Ora, colocam-se indivíduos nas escolas, nos exércitos, o que é considerado natural nas sociedades ocidentais, entretanto, tais instituições possuem objetivos de poder-saber que são ocultados e que mudam, de acordo com a urgência local. Como diz Foucault: “[...] entre estes elementos, discursivos ou não, existe um tipo de jogo, ou seja, mudanças de posição, modificações de funções, que também podem ser muito diferentes.” (FOUCAULT, 2007, p. 244)⁵.

Na seqüência, apresenta-se a configuração e a atuação dos dispositivos conforme Foucault. Esse pensador aponta, nos trabalhos da analítica do poder, uma variedade de dispositivos: do hospital geral, do hospital psiquiátrico, da prisão, entre outros, porém, pode-se dividir em suas obras, duas formas de dispositivos: o de segurança e o disciplinar. Entretanto, por questões de delimitação do problema, aborda-se aqui, apenas o dispositivo de disciplina.

2.O DISPOSITIVO DISCIPLINAR

O exercício de poder sobre o corpo leva Michel Foucault a investigar o dispositivo disciplinar a partir do século XVIII – entretanto, em alguns casos, sua pesquisa recorre ao século XVII. O pensador analisa os dispositivos, num primeiro momento, com foco nas estratégias disciplinares.

O dispositivo disciplinar tem por meta o exercício de poder que submete e disciplina os corpos, a fim de docilizá-los e torná-los úteis. A partir disso, pode-se entender a problemática da disciplina.

Por disciplina, compreendem-se métodos:

[...] que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade [...] A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos ‘dóceis’. A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência). (FOUCAULT, 2007, p. 118-119).

Em suma, trata-se de práticas minuciosas ministradas por dispositivos disciplinares que fabricam individualidades. Assim, as prisões, os exércitos, os hospitais, as oficinas entre outras instituições, cada qual, usará técnicas peculiares de utilidade e docilidade.

Na obra *Vigiar e punir* (2007), Foucault apresenta que, de modo geral, um dispositivo disciplinar funciona, ao menos, a partir de um grupo de quatro mecanismos – a arte das distribuições, o controle da atividade, a organização da gênese e a composição das forças – que permitem três modalidades de controle: a vigilância

hierárquica, a sanção normalizadora e o instrumento de exame. O primeiro conjunto contém os quatro elementos que efetivam a disciplina.

A arte das distribuições: para impor a disciplina, deve-se distribuírem-se os indivíduos em espaços projetados: cada corpo deve se encontrar em sua devida posição, num espaço útil e, neste posto, cada um é observado individualmente.

Cada indivíduo no seu lugar; e em cada lugar, um indivíduo. Evitar as distribuições por grupos; decompor as implantações coletivas; analisar as pluralidades confusas, maciças ou fugidias. [...] A disciplina [...] individualiza os corpos por uma localização que não os implanta, mas os distribui e os faz circular numa rede de relações. (FOUCAULT, 2007, p.123-124).

Ao se observar o procedimento do dispositivo do hospital marítimo, o modelo de Rocheford, percebe-se a organização e a utilização do espaço para observação dos indivíduos e das coisas. Pelos portos, desembarcam uma diversidade de pessoas e mercadorias: doentes, soldados, produtos contrabandeados. Assim, torna-se necessário dividir o espaço. O hospital marítimo “[...] deve ser um filtro, um dispositivo que afixa e quadricula; tem que realizar uma apropriação sobre toda essa mobilidade e esse formigar humano, decompondo a confusão da ilegalidade e do mal.” (FOUCAULT, 2007, p. 123). Essa forma de controle da fragmentação da multiplicidade humana e dos produtos – que primeiramente visava mais aos objetos do que os doentes – passa a contar com a vigilância médica: da observação sobre as posições dos remédios, começa, então, o interesse sobre quem são os doentes e de que sofrem. Assim, essa medicina permite isolar os indivíduos em leitos que os separam dos demais.

Pouco a pouco, um espaço administrativo e político se articula em espaço terapêutico; tende a individualizar os corpos, as doenças, os sintomas, as vidas e as mortes; constitui um quadro real de singularidades justapostas e cuidadosamente distintas. Nasce da disciplina um espaço útil do ponto de vista médico. (FOUCAULT, 2007, p. 124).

Ao mesmo tempo em que o espaço é repartido, enquadra-se um indivíduo, separam-se as massas e as coisas e, nesse local delimitado, encontra-se a utilidade para outra prática, no caso do modelo de Rocheford, uma prática médica.

Para que a disciplina se efetive, conta, também, com o **controle de atividades**. Controlam-se as atividades em função das seguintes perspectivas: em relação ao horário, atribui-se determinados afazeres em determinado tempo. Nota-se tal procedimento, por exemplo, no caso da fábrica de Saint-Mur, “Todas as pessoas [...], chegando a seu ofício de manhã, antes de trabalhar começarão lavando as mãos, oferecerão seu trabalho a Deus, farão o sinal da cruz e começarão a trabalhar.” (FOUCAULT, 2007, p. 128); em seguida, concretiza-se a elaboração temporal dos atos ao ponto de o tempo penetrar o corpo, ou seja, temporalizam-se os gestos dos indivíduos, como no caso do exército: “Acostumar os soldados a marchar por fila ou em batalhão, a marchar na cadência do tambor. E, para isso, começar com o pé direito a fim de que toda tropa esteja levantando o mesmo pé ao mesmo tempo.” (FOUCAULT, 2007, p. 129); logo após, estipula-se a melhor relação que pode haver entre um gesto e a atitude global do corpo.

Uma boa caligrafia, por exemplo, supõe uma ginástica – uma rotina cujo rigoroso código abrange o corpo por inteiro, da ponta do pé à extremidade do indicador. [Assim, o] mestre ensinará aos escolares a postura que estes devem manter ao escrever, e a corrigirá seja por sinal seja de outra maneira, quando dela se afastarem. (FOUCAULT, 2007, p. 130);

depois disso, mantêm-se as relações entre o corpo e o objeto manipulado, o que pode ser observado no caso de um soldado que manuseia sua arma: quando seu superior lhe diz para que levante o fuzil com uma mão, aproxime-o a certa altura de seu corpo, são maneiras de relacionar certas partes do corpo do soldado com determinados fragmentos de seu armamento.

Temos aí um exemplo do que se poderia chamar a codificação instrumental do corpo. Consiste em uma decomposição do gesto global em duas séries paralelas: a dos elementos do corpo que serão postos em jogo (mão direita, mão esquerda, diversos dedos da mão, joelho, olho, cotovelo, etc.), a dos elementos do objeto manipulado (cano, alça de mira, cão, parafuso, etc.); coloca-os depois em correlação uns com os outros segundo um certo número de gestos simples (apoiar, dobrar); finalmente fixa a ordem canônica em que cada uma dessas correlações ocupa um lugar determinado. (FOUCAULT, 2007, p. 130);

por último, utiliza-se o tempo, ao máximo, para se obter forças úteis. Quer-se dizer com isso que, quando um indivíduo adentra um dispositivo disciplinar, ele é posto sob vigilância e possui seu tempo controlado a executar determinada atividade. Essa perspectiva tem a eficiência da produção de certas obrigações desse indivíduo vigiado. Na escola mútua, por exemplo:

[...] o ritmo imposto por sinais, apitos, comandos impunha a todos normas temporais que deviam ao mesmo tempo acelerar o processo de aprendizagem e ensinar a rapidez como uma virtude. A única finalidade dessas ordens é... acostumar as crianças a executar rapidamente e bem as mesmas operações, diminuir tanto quanto possível pela celeridade a perda de tempo acarretada pela passagem de uma operação a outra. (FOUCAULT, 2007, 131).

A organização das gêneses: é a capitalização do tempo. Visa-se atribuir aos indivíduos que ocupam certo dispositivo, determinadas atividades com graus de dificuldade que se elevam de acordo com seus progressos. As atividades, ao serem trabalhadas de modo gradativo, permitem um melhor desempenho no objetivo final daquilo que se ensina. Se forem observados os procedimentos escolares quanto ao ensino de cálculos de figuras geométricas, encontra-se a perspectiva da gênese. Num primeiro nível, apresentam-se às crianças as figuras geométricas; num segundo, ensinam-se-lhes os símbolos numéricos e as letras do alfabeto; num terceiro momento, lecionam-se-lhes as quatro operações básicas da matemática por ordem de complexidade, num quarto instante, ensinam-se aos pupilos cálculos mais complexos que envolvem todas as operações citadas, tais como expressões numéricas, frações, raiz quadrada; num quinto, os alunos aprendem a calcular figuras geométricas: eles aprenderão, por exemplo, que a área de um triângulo é calculada pela base multiplicada pela altura e esse resultado será dividido por dois. Os aprendizes assimilam ainda, que cada elemento desse triângulo será sinalizado por uma letra do alfabeto: no caso do triângulo, a letra *b* corresponderá à base e *h* à altura.

Percebe-se que ensinar atividades simples no início configura-se como base para o cumprimento de determinados deveres para a posterioridade. O tempo dos indivíduos é ordenado para que produza efeitos esperados no futuro. Dessa forma, a organização das gêneses atua sob quatro aspectos, a saber, dividir o tempo em segmentos com os quais se chega a um termo específico; organizar as sequências num modelo analítico, ou seja, suceder elementos de acordo com uma complexidade crescente; terminar as sequências finalizando-as com provas para observar se o indivíduo atingiu determinado nível e estabelecer séries de séries: aos indivíduos são atribuídos, determinados exercícios de acordo com seu nível, sua idade, sua posição: “Ao termo de cada série,

começam outras, formam uma ramificação e se subdividem por sua vez. De maneira que cada indivíduo se encontra preso numa série temporal, que define exatamente seu nível, sua categoria.” (FOUCAULT, 2007, p. 134-135).

Por último, nesse grupo dos quatro elementos, encontra-se a **composição das forças**. Pode-se visualizar a função da disciplina sob esse aspecto ao observar Foucault dissertar sobre o caso do exército perfeito almejado desde o fim do século XVII, o exército espanhol. Tal dispositivo não é mais organizado pela valentia dos soldados, pela antiguidade de cada um, mas, pelas posições desses em meio à massa de modo que esse exército se configure como “[...] uma máquina de peças múltiplas que se deslocam umas às outras para chegar a uma configuração e obter um resultado específico.” (FOUCAULT, 2007, p. 138).

Isso funciona com o adestramento de cada elemento dessa massa para desenvolver determinadas funções que a configuração do exército lhe designa. Ao ser disciplinado no dever, ajusta-se o tempo de sua ação com as dos demais soldados que também têm missões estabelecidas e assim, todos se encontram inscritos no objetivo estratégico do exército. Exemplifica-se a ideia do seguinte modo. Para que se enfrente certa armada usa-se esta estratégia: o exército posicionar-se-á em frente do batalhão rival. Quando emitida a ordem, essa massa se dividirá em cinco linhas. A primeira delas – que contém armas mais pesadas – disparará três tiros contra o inimigo, em seguida, essa carregará rapidamente suas armas. Enquanto a primeira linha abastece sua artilharia, a segunda – que também possui armas pesadas – atirárá mais três vezes, e dessa forma sempre seguem alterando sem que o inimigo tenha trégua. Os soldados da terceira linha – carregando armas mais leves – se deslocarão pela direita e cercarão o inimigo por um lado. Já os militares da quarta linha – também com armamentos menos pesados – farão o mesmo, entretanto, pelo outro lado. Os que pertencem à quinta linha – munidos de armamentos diferenciados – quando lhes for ordenado, cercarão a armada inimiga pela costas.

Pelo exemplo mencionado, percebe-se que o exército funciona devido ao adestramento dos soldados para exercerem determinada função quando lhes é emitida certa ordem. Educa-se cada um para certa função, que se inscreve no objetivo da instituição, e ajusta-se o tempo de ação para que cada um atue em harmonia com o outro, em prol da meta que se tem, combinando as missões de cada elemento dessa instituição⁶.

Parte-se agora às formas de controle disciplinar que são permitidas, segundo Foucault, graças à arte das distribuições, o controle da atividade, a organização da gênese e a composição das forças. “O sucesso do poder disciplinar se deve, sem dúvida, ao uso de instrumentos simples: o olhar hierárquico, a sanção normalizadora e sua combinação num procedimento que lhe é específico, o exame.” (FOUCAULT, 2007, p. 143).

A vigilância hierárquica, segundo Foucault, “[...] supõe um dispositivo que obrigue pelo jogo do olhar; um aparelho em que as técnicas que permitem ver induzam a efeitos de poder, e onde, em troca, os meios de coerção tornam claramente visíveis aqueles sobre os que se aplicam.” (FOUCAULT, 2007, p. 143). Um espaço artificial bem repartido possibilita a prática da vigilância e, ao se observar o modelo das escolas militares e paroquiais analisadas pelo filósofo francês, encontra-se a justificativa dessa afirmação.

Em tais escolas, com seus espaços fragmentados e projetados, a prática da vigilância dos homens de armas que ali ficavam tornava-se possível:

[...] os quartos eram repartidos ao longo de um corredor como uma série de

pequenas celas; a intervalos regulares encontrava-se um alojamento de oficial [...] haviam sido instaladas latrinas com meias-portas, para que o vigia para lá designado pudesse ver a cabeça e as pernas dos alunos, mas com separações laterais suficientemente elevadas ‘para que os que lá estão não se possam ver’. Escrúpulos infinitos de vigilância que a arquitetura transmite por mil dispositivos sem honra. (FOUCAULT, 2007, p. 145).

São formas de vigilância que fiscalizam os soldados a todo o momento e no deslocamento no interior da escola e que aumentam os efeitos de poder de um dispositivo disciplinar.

No caso das escolas paroquiais, também pode-se observar a importância da vigilância para aumentar os efeitos de poder. O mestre escolhe alguns alunos para auxiliá-lo nessa vigilância: os pupilos de ordem material distribuem tarefas, dão comida aos pobres; os escolhidos como fiscalizadores vigiam quem se ausenta do lugar, os que não escrevem ou brincam, os que não carregam o terço, enfim, fiscalizam-se todas as condutas consideradas anormais à lógica dessa instituição; há também outro grupo de alunos que fiscaliza os fiscais, mas que, também, encontra-se sob constante olhar daqueles por quem são incumbidos de observar: tais jogos de observações contínuas permitem mais eficácia dos objetivos dessa instituição.

Graças à vigilância hierárquica, o poder disciplinar “[...] torna-se um sistema ‘integrado’, ligado do interior à economia e aos fins do dispositivo onde é exercido” (FOUCAULT, 2007, p. 148), ou seja, a vigilância acaba por organizar o poder no interior do dispositivo.

Com isso, pode-se levantar uma indagação: Foucault não centraliza o poder sob um ponto de vigilância hierárquica? Poder-se-ia dizer que os indivíduos estão detendo o poder? Certamente é errôneo afirmar essas questões, pois, o poder está configurado em rede, num âmbito de relações. A configuração de um dispositivo permite o exercício de poder em determinadas posições e, pelos indivíduos passarem pelo dispositivo, o exercem, e sofrem seu exercício. Observe-se o caso dos alunos das escolas paroquiais, em que os escolhidos, tanto os pupilos comuns vigiados, quanto aqueles que os fiscalizam, como também os que monitoram os fiscais passam pela instância de exercício de poder e, de acordo com a posição desses aprendizes na escola, eles exercem e sofrem um poder de vigilância pela configuração que esse dispositivo permite. A vigilância hierarquizada não é algo que se detém nem que se transfere, mas funciona como uma máquina que distribui os indivíduos. “E se é verdade que sua organização piramidal lhe dá um ‘chefe’, é o aparelho inteiro que produz ‘poder’ e distribui os indivíduos nesse campo permanente e contínuo. O poder disciplinar [...] controla continuamente os mesmos que estão encarregados de controlar.” (FOUCAULT, 2007, p. 148). A vigilância hierarquizada, dessa forma, não pode ser confundida como um elemento que possibilita a detenção do poder, uma vez que seu funcionamento é operado em rede de relações, como uma máquina.

Outra forma de controle permitida pela edificação do grupo dos quatro elementos, como já abordado, é a **sanção normalizadora**, que consiste em formas de punição que não se circunscrevem à esfera jurídica formal. Se cada instituição tem seus procedimentos de controle, logo, cada aparato tem em seu interior um pequeno mecanismo penal, suas formas de condenar e castigar. Assim, as punições não se dão no âmbito daquilo que é ou não proibido por lei, mas sim, serão impostas de acordo com os comportamentos dos indivíduos que se restringem a uma esfera de bom ou mau, estipulada por determinado dispositivo⁷. São formas de punição que têm por objetivo corrigir os corpos humanos e torná-los viáveis ao padrão de comportamento de cada instituição.

Pode-se explicitar tal sanção com o exemplo do exército prussiano, analisado por Foucault: “O regulamento da infantaria prussiana impunha tratar com ‘todo o rigor possível’ o soldado que não tivesse aprendido a manejar corretamente o fuzil.” (FOUCAULT, 2007, p. 151). A técnica de classificação se torna o grande recurso da punição normalizadora nesse exército: a classe muito boa recebia uma dragona de prata; a classe boa, uma dragona cor de papoula e prata (os soldados dessa classe eram passíveis de castigos); a dos medíocres a de lã vermelha (estas sofriam castigos complementares); e a pior das classes era marcada com a dragona de lã parda (esses soldados eram passíveis de castigos mais intensos, como serem enviados à masmorra). Os indivíduos das classes inferiores, não eram fixados eternamente nessas classificações, mas podiam, ao melhorar o comportamento subir de classe. Assim, nota-se que “A classificação que pune deve tender a se extinguir. A ‘classe vergonhosa’ só existe para desaparecer.” (FOUCAULT, 2007, p. 152).

Desse modo, pode-se afirmar que a punição diferencia os indivíduos comparando-os a uma média institucional:

Enfim traçar o limite que definirá a diferença em relação a todas as diferenças, a fronteira externa do anormal (a ‘classe vergonhosa’ da Escola Militar). A penalidade perpétua que atravessa todos os pontos e controla todos os instantes das instituições disciplinares compara, diferencia, hierarquiza, homogeneiza, exclui. Em uma palavra, ela *normaliza*. (FOUCAULT, 2007, p. 153). [Grifos no original].

A terceira maneira de controle permitida pelo grupo dos quatro elementos já abordados é o instrumento de **exame**, o qual combina a sanção normalizadora e a vigilância hierarquizada. Trata-se de um artifício que visa qualificar, classificar e punir os indivíduos, ou seja, ele os normaliza e os torna visíveis à perspectiva de certa instituição.

É por isso que, em todos os dispositivos de disciplina, o exame é altamente ritualizado. Nele vêm-se reunir a cerimônia do poder e a forma da experiência, a demonstração da força e o estabelecimento da verdade [...] nessa técnica delicada estão comprometidos todo um tipo de saber, todo um tipo de poder. (FOUCAULT, 2007, p. 154).

Ao observar o exemplo das Escolas Cristãs do século XVIII analisadas por Foucault encontra-se claramente o funcionamento dessa prática no dispositivo disciplinar. O exame é ritualizado em forma de testes, distribuídos em horários diferentes: “Os irmãos das Escolas cristãs queriam que seus alunos fizessem provas de classificação todos os dias da semana [...] Além disso, devia haver uma prova todo mês, para designar os que merecessem ser submetidos ao exame do inspetor.” (FOUCAULT, 2007, p. 155). Nessa instituição, o aluno que é vigiado pelo professor sofre determinado exercício de poder ao submeter-se à técnica do exame, a qual se configura como instrumento de formação de saberes: tal instrumento permite ao mestre edificar saberes sobre o pupilo em torno do conhecimento ensinado por ele.

A formação de saberes sobre cada indivíduo mostra que o exame faz as individualidades entrarem numa esfera documentária: “[...] à acumulação dos documentos, sua seriação, à organização de campos, comparativos que permitam classificar, formar categorias estabelecer medidas, fixar normas.” (FOUCAULT, 2007, p. 158), torna possível a comparação de cada membro das instituições com a massa, ou seja, analisa-se o indivíduo comparando-o a certa média do dispositivo – isso possibilita a avaliação constante de seu progresso. Em suma, esses arquivos sobre os homens, são formas de controle que consentem a análise para a medida de sanção normalizadora.

Isso dá margem a se pensar que as ciências do homem se deu ou foi constituída por essas técnicas de observação, de anotações, de punições: segundo Foucault, os saberes psiquiátricos e médicos, por exemplo, constituíram-se nesse jogo de observação e anotações e, se se sucede assim, as ciências do homem nascem desses dispositivos que são artificialmente edificados:

[...] é preciso ver o lado dos mecanismos de exame, o lado da formação dos dispositivos de disciplina e da formação de um novo tipo de poder sobre os corpos. O Nascimento das ciências do homem? Aparentemente ele deve ser procurado nesses arquivos de pouca glória onde foi elaborado o jogo moderno das coerções sobre os corpos, os gestos, os comportamentos. (FOUCAULT, 2007, p. 159).

Ao dissertar acerca do grupo de elementos e das formas de controle que ele possibilita, observa-se o funcionamento de um dispositivo disciplinar reunindo todas essas perspectivas, como por exemplo, o modo de como lidavam em situações de peste em uma cidade, no final do século XVII. Nesse caso, o espaço era recortado e nele eram fixados os indivíduos. A cidade era dividida em quarteirões e os cidadãos eram proibidos de sair de suas casas, sob à ameaça de pena de morte. Cada rua continha um síndico que vigiava a massa – esse também estava sujeito a pena de morte caso permitisse que um cidadão enclausurado saísse. O síndico, diante de cada residência de sua área de vigilância, pedia a cada cidadão que se apresentasse à janela e informasse seu estado de saúde: caso os indivíduos mentissem, estavam sujeitos à morte, também. Se o indivíduo chamado não se apresentasse, o síndico perguntava a razão da ausência e os outros deveriam dizer a verdade, o que lhe permitia descobrir se estavam escondendo mortos ou doentes. O síndico anotava todas as suas observações, todas as declarações dos cidadãos e as anotações eram entregue, em forma de relatório, aos intendentess que se incumbiam de vigiar os síndicos e que, por sua vez, relatavam ao prefeito ou ao almotacé da cidade. Portanto, o espaço fechado e vigiado em que os indivíduos ficam confinados constitui um modelo de dispositivo disciplinar. Nas palavras de Foucault:

[...] onde todos os acontecimentos são registrados, onde um trabalho ininterrupto de escrita liga o centro e a periferia, onde o poder é exercido sem divisão, segundo uma figura hierárquica contínua, onde cada indivíduo é constantemente localizado, examinado e distribuído entre os vivos, os doentes e os mortos – isso tudo constitui um modelo compacto do dispositivo disciplinar. (FOUCAULT, 2007, p. 163).

2.1.O Panopticon

A análise do *Panopticon* é importante para mostrar com mais detalhes o modo como se efetiva a relação entre os dispositivos disciplinares nas sociedades ocidentais a partir do século XVII, mas que aparece de modo mais incisivo no século XVIII. Nas averiguações do filósofo francês, essas relações e o modo de funcionamento desses dispositivos são os elementos que formam aquilo que ele denomina como sociedade disciplinar. Em que consiste tal sociedade e de que modo se pode ver a atuação desses dispositivos? Para responder tais indagações, parte-se da análise de um dispositivo disciplinar que foi, inicialmente, analisado por Jeremy Bentham, que Foucault utiliza como exemplo, para designar e expressar em que consiste a sociedade disciplinar. Trata-se do dispositivo do *Panopticon*.

Panopticon consiste num prédio em forma de anel com uma torre na parte

central que se encontra a certa distância da área circular. A parte anelar é dividida em celas, e em cada uma delas encontra-se um indivíduo executando determinado exercício: numa cela um operário trabalha, noutra um aluno escreve, noutra um condenado se corrige de seus erros, entre outros. A parte dos fundos das celas caracteriza-se por ter grades que permitem que a luminosidade de fora do prédio penetre esses espaços fechados: dessa forma, o indivíduo enclausurado está sempre num campo de visibilidade. As laterais das celas são fechadas por paredes o que impede que o enclausurado se comunique com o indivíduo da cela ao lado, pois se o fizesse, tal ato poderia implicar evasões coletivas. A torre atua como instrumento de observação: nela encontra-se o diretor que observa os enclausurados por detrás das janelas cobertas com persianas. Assim, o preso, além de não conseguir identificar quem o vigia, não sabe o momento em que está sendo monitorado.

É necessário fazer, ao menos, três apontamentos sobre o modo arquitetural e o funcionamento desse prédio. O primeiro apontamento: a maneira de atuação do dispositivo *Panopticon* inverte o princípio da masmorra (o modo de confinamento utilizado no século XVII): se essa modalidade de enclausuramento escondia o indivíduo, desta vez, o dispositivo disciplinar coloca o detento em um campo de visibilidade.

Já o segundo apontamento consiste em: esse dispositivo, além de desindividualizar o poder, mascara-o, torna-o discreto ocultando a pessoa que o exerce: ora, o enclausurado na cela não sabe o momento que está sendo vigiado e quem o espiona por trás das persianas da torre. Não importa “[...] quem exerce o poder. Um indivíduo qualquer, quase tomado ao acaso, pode fazer funcionar a maquinaria: na falta do diretor, sua família, os que o cercam, seus amigos, suas visitas, até seus criados.” (FOUCAULT, 2007, p. 167). Qualquer pessoa pode fazer funcionar essa maquinaria de poder disciplinar, além de que, ao passar por essa instância de exercer o poder discreto de observação, qualquer membro da sociedade pode constatar como funciona a instituição. Significa que, se vários membros da sociedade podem exercer esse poder, acaba-se com quaisquer dúvidas de que o poder, na concepção de Foucault, é abordado como instrumento de posse, como algo que se detém, como um dispositivo de tirania: “[...] o dispositivo disciplinar será democraticamente controlado [...] A máquina de ver é uma espécie de câmara escura em que se espionam os indivíduos; ela torna-se um edifício transparente onde o exercício do poder é controlável pela sociedade inteira.” (FOUCAULT, 2007, p. 171).

Quanto ao terceiro apontamento, observa-se o seguinte ponto: se os indivíduos são colocados num campo em que sofrem o exercício de poder disciplinar, fica clara a presença da técnica da vigilância. Nesse dispositivo disciplinar, a fiscalização é constante: o diretor na torre – ou outro que o esteja substituindo – observa seus empregados médicos, professores, guardas, entre outros, os quais são encarregados de exercer poder diretamente sobre os detentos; entretanto o diretor é vigiado por toda a sociedade que pode passar por essa torre. “O dispositivo panóptico não é simplesmente uma charneira, um local de troca entre um mecanismo de poder e uma função; é uma maneira de fazer funcionar relações de poder numa função, e uma função para essas relações de poder.” (FOUCAULT, 2007, p. 171).

O que se pode constatar de tudo isso? As práticas disciplinares que ocorrem nesses espaços recortados e calculados corrigem o indivíduo de acordo com cada necessidade desses cubículos: recodificam a moral dos detentos, preservam sua saúde, tornam-nos melhor em processos de fabricação. Dessa forma, Benthan, ao perceber essas práticas, ao analisar a configuração do *Panopticon*, pensa a sociedade baseada em seu modelo. Uma “[...] rede de dispositivos que estariam em toda parte e sempre alertas,

percorrendo a sociedade [...]” (FOUCAULT, 2007, p. 172). Isso mostra como funcionam as sociedades ocidentais na perspectiva disciplinar: cada cela pode ser pensada como uma instituição da sociedade: uma escola, um hospital geral, um hospital psiquiátrico⁸.

Mas a sociedade não se limita a poucos dispositivos disciplinares. O que acontece é que em cada instituição eles se multiplicam. Ou seja, aumenta o número de dispositivos disciplinares dos séculos XVII e XVIII, de tal forma que se configura como um modelo único de ordenação das coletividades humanas. É a partir disso que Foucault denomina a sociedade marcada por esses dispositivos disciplinares como sociedade disciplinar.

Os dispositivos dessa sociedade disciplinar ordenam as multiplicidades humanas e para tal, definem técnicas de poder que hierarquizam e individualizam os indivíduos, para fazer “[...] crescer ao mesmo tempo a docilidade e a utilidade de todos os elementos do sistema.” (FOUCAULT, 2007, p. 180).

[...] daí, para extrair dos corpos o máximo de tempo e de forças, esses métodos de conjunto que são os horários, os treinamentos coletivos, os exercícios, a vigilância ao mesmo tempo global e minuciosa [...] é para fazer crescer os efeitos utilizáveis do múltiplo que as disciplinas definem táticas de distribuição, de ajustamento recíproco dos corpos, dos gestos e dos ritmos, de diferenciação das capacidades, de coordenação recíproca em relação a aparelhos ou a tarefas. (FOUCAULT, 2007, p. 181).

A disseminação dos dispositivos disciplinares na sociedade a partir dos séculos XVII e XVIII criou uma espécie de elo entre eles, além do que, permitiu a criação de outros dispositivos de sujeição. De que modo isso acontece? Se bem observar, os hospitais, as escolas, as oficinas tornaram-se, graças à disciplina, “[...] aparelhos tais que qualquer mecanismo de objetivação pode valer neles como instrumento de sujeição, e qualquer crescimento de poder dá neles lugar a conhecimentos possíveis.” (FOUCAULT, 2007, p. 185). Quer-se dizer com isso que as técnicas de certos dispositivos disciplinares permitiram a criação de outras formas de medição dos seres humanos, novos procedimentos que visam formar saberes e, segundo Foucault, decorrem disso, a medicina clínica, a psiquiatria, a psicologia, a psicopedagogia o que possibilitou a criação de outros dispositivos de saber e de poder, que reproduzem os novos saberes.

Além de criar outras formas de saber sobre os indivíduos, pode-se afirmar que se multiplicam os efeitos de poder. São mais dispositivos disciplinares, aumentam as maneiras de enquadrar um indivíduo a certas médias, multiplicam-se os modos de fabricar sujeitos a certos efeitos de poder, edificam-se mais saberes sobre os seres humanos.

Os dispositivos disciplinares crescem de tal modo na sociedade a ponto de se configurarem como uma rede que forma a sociedade disciplinar. Dessa forma, começam a reverberar as circunstâncias que unem esses dispositivos uns aos outros:

[...] a psicologia é encarregada de corrigir os rigores da escola, como a entrevista médica ou psiquiátrica é encarregada de retificar os efeitos da disciplina de trabalho. Mas não devemos nos enganar: essas técnicas apenas mandam um indivíduo de uma instância disciplinar à outra e reproduzem, de uma forma concentrada, ou formalizada, o esquema de poder saber próprio a toda disciplina. (FOUCAULT, 2007, p. 186).

O *Panoptismo* funciona dessa maneira: uma diversidade de dispositivos disciplinares, ou melhor, uma rede que se estabelece entre eles que fabrica indivíduos

úteis e dóceis de acordo com cada fim institucional. É uma rede que permite encaminhar o indivíduo de uma instância disciplinar a outra de forma contínua:

[...] das próprias instituições que existem num relacionamento recíproco (dos órgãos de assistência para o orfanato, para a casa de correção, para a penitenciária, para o batalhão disciplinar, para a prisão; da escola para o patronato, para a oficina, para o refúgio, para o convento penitenciário; da cidade operária para o hospital, a prisão). (FOUCAULT, 2007, p. 247).

Esse é o sonho *Panopticon*: uma forma disciplinar contínua, um processo disciplinar sem fim.

2.2. O Dispositivo da Prisão

Embora o sonho da sociedade disciplinar fosse a objetivação do indivíduo submetido à disciplina perpétua, e que cada dispositivo desta utilizava técnicas peculiares (uma relação de poder, uma formação de saberes sobre os enclausurados, o ensino de certo saber considerado verdadeiro, a coerção, a correção de comportamentos, o treinamento de corpos), torna-se necessário analisar um dispositivo de poder-saber do qual se pode dizer ser o mais completo. Trata-se da prisão.

Tal instituição visa o treinamento físico do detento, seu comportamento, sua aptidão para o trabalho. Entretanto, na prisão, as técnicas que permitem tais efetivações são mais intensas que nos outros dispositivos: nesse aparato, a tarefa termina quando o dever for cumprido. Nas palavras de Foucault, a prisão:

Leva à mais forte intensidade todos os processos que encontramos nos outros dispositivos de disciplina. Ela tem que ser a maquinaria mais potente para impor uma nova forma ao indivíduo pervertido; seu modo de ação é a coação de uma educação total. Na prisão, o governo pode dispor da liberdade da pessoa e do tempo do detento; a partir daí concebe-se a potência da educação [...]. (FOUCAULT, 2007, p. 199).

Em suma, a prisão se apossa tanto da força física e moral dos indivíduos como também de todo seu tempo.

Ao analisar o modelo de Alburn, entre outras instituições penais, Foucault demonstra a atuação do dispositivo da prisão. Nele, os indivíduos encontram-se isolados, pois, o homem só, de acordo com esse modelo, reflete sobre seu ato criminal, (é uma forma do dispositivo de reformar a moral); o detento somente se une aos demais presos nos horários de refeição, mas está sob a regra institucional de se manter em total silêncio (sanção normalizadora) e; obviamente, os condenados são observados por um vigia (vigilância hierárquica).

O dispositivo disciplinar da prisão, ao se utilizar desses elementos – que se configuram como maneiras de apropriação das forças do homem – leva a observar mais um ponto, a saber, a delinquência, que mostra o problema dos dispositivos de adestramento.

Pode-se observar a delinquência sob duas vertentes. Na primeira, ao integrar malfetores no seu interior, a prisão reúne grupos de delinquentes. Se estiverem unidos, compartilharão de suas delinquências, organizar-se-ão em rebeldia por serem submetidos aos trabalhos forçados, por serem privados da liberdade, ou seja, a prisão se torna um meio perigoso e pode falhar nos processos de adestramento. Assim, como um dispositivo é calculado, a prisão, conta com determinadas técnicas que evitam que os condenados sejam solidários entre si e, nessa perspectiva, vê-se que o modelo de

encerramento do *Panopticon* é utilizado nas instituições penais: o prisioneiro, em cela individual, encontra-se privado de contatar o outro infrator, o que impede a organização de revoltas e agitações contra o poder que visa dominá-los e submetê-los a certa obrigação. Em outras palavras, esse isolamento é uma tática para evitar uma série de efeitos de contrapoder. O objetivo da prisão, ao isolar o indivíduo, não se limita a reformar sua moral, mas evita a formação desse contrapoder provindo do meio delinquente.

Na segunda vertente, como exposto, um dispositivo disciplinar evita os efeitos de contrapoder. Ora, é ilusório pensar que não há efeitos no interior de um dispositivo: por mais calculados que sejam os dispositivos de submissão humana, existem fissuras, falhas que permitem a efetivação do contrapoder. Se bem observar o caso da prisão, enquanto um dispositivo disciplinar que visa a educação e a correção dos presos, mesmo com todas as táticas de poder para tal, ela produz justamente aquilo que ela combate, a delinquência, uma forma de contrapoder. Nesse aspecto, como essa instituição pode fabricar algo que ela mesma se prontifica a combater?

Pois bem, no citado dispositivo, o contrapoder – a delinquência – nesse caso, é produzido de dois modos: direta e indiretamente. Diretamente, pelo fato de impor ao detento trabalhos forçados de modo a retirar-lhe a liberdade, o que pode despertar-lhe o sentimento de injustiça: isso possibilita que ele se revolte – ato considerado delinquente. Esse sentimento torna-se “[...] uma das causas que mais podem tornar indomável seu caráter.” (FOUCAULT, 2007, p. 222).

O fato de um ex-detento não conseguir trabalho ao retornar à sociedade, também pode gerar delinquência, pois, por não ter como sustentar-se, ele pode retornar à criminalidade. Nos estudos de Foucault, há a constatação de que grande parte das infrações cometidas nos séculos XVIII e XIX é de reincidentes:

A detenção provoca a reincidência; depois de sair da prisão, se têm mais chance que antes de voltar para ela, os condenados são, em proporção considerável, antigos detentos [...] A prisão, conseqüentemente, em vez de devolver à liberdade indivíduos corrigidos, espalha na população, delinquentes perigosos. (FOUCAULT, 2007, p. 221).

De modo indireto, a prisão também produz a delinquência. No momento em que a penitenciária sequestra um pai de família, por exemplo, ela coloca a família, que era sustentada por ele, em situação de mendicância: “A mesma ordem que manda para a prisão o chefe de família reduz cada dia a mãe à penúria, os filhos ao abandono, a família inteira à vagabundagem e à mendicância. Sob esse ponto de vista o crime ameaça prolongar-se.” (FOUCAULT, 2007, p. 223).

Direta ou indiretamente, a prisão produz um modo de contrapoder, a delinquência. Assim, cabe a pergunta, como lidar com esse efeito negativo do poder?

Em *Microfísica do Poder*, Foucault apresenta que:

[...] o dispositivo se constitui como tal e continua sendo dispositivo na medida em que engloba um duplo processo: por um lado, processo de sobredeterminação funcional, pois cada efeito, positivo ou negativo, desejado ou não, estabelece uma relação de ressonância ou de contradição com os outros, e exige uma rearticulação, um reajustamento dos elementos heterogêneos que surgem dispersamente; por outro lado, processo de perpétuo preenchimento estratégico. (FOUCAULT, 1979, p. 245).

Ao considerar a afirmação foucaultiana, observa-se como os efeitos de contrapoder são aproveitados para outra estratégia, como por exemplo, as colonizações: na prisão, enviavam-se delinquentes para cumprir penas de forma a trabalhar

forçadamente na Guiana. No processo de colonização da Argélia eram enviados outros, considerados delinquentes, como prostitutas, soldados indisciplinados e crianças abandonadas. No caso de tráficos de armas e bebidas, também se vê a forma de utilização desse contrapoder, quando se retira lucros por meio de elementos ilegais. Observa-se também o reaproveitamento do contrapoder como o caso de retirar lucros dos prazeres sexuais:

[...] os controles de polícia e de saúde sobre as prostitutas, sua passagem regular pela prisão, a organização em grande escala dos lupanares, a hierarquia cuidadosa que era mantida no meio da prostituição, seu enquadramento por delinquentes-indicadores, tudo isso permitia canalizar e recuperar, através de uma série de intermediários, os enormes lucros sobre um prazer [...] na computação do preço do prazer, na constituição de lucro da sexualidade reprimida e na recuperação desse lucro, o meio delinquente era cúmplice de um puritanismo interessado: um agente fiscal ilícito sobre práticas ilegais. (FOUCAULT, 2007, p. 232).

Para que se mantivesse esse ramo da prostituição, criavam-se polícias clandestinas, formadas por delinquentes, para vigiar e controlar a prática ilegal. Isso significa que havia aí todo um funcionamento externo do poder judiciário. Mais uma vez, vê-se que as relações de poder não se limitam às formas jurídicas. Em suma, as delinquências controladas por grupos dominantes são rearticulações das estratégias de poder, para, assim, aproveitar o efeito negativo ou inesperado que produziu.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vislumbra-se que os dispositivos vistos sobre o poder disciplinar apresentam características coercivas e corretivas de forma a constituir sujeitos úteis e dóceis por meio do poder-saber. Embora cada dispositivo tenha características peculiares, cada qual funciona, ao menos, com quatro artifícios: distribui os indivíduos em espaços calculados, regula seus horários e atividades, e põe os corpos em relações harmoniosas para que se atinja, com maior eficácia, os objetivos institucionais. Isso permite formas de controle que amplificam os efeitos de poder que individualizam o ser humano por meio da vigilância hierárquica, da sanção normalizadora e dos procedimentos de anotações sobre o indivíduo, o exame.

Essas técnicas disciplinares permitem que seja ordenada uma multiplicidade humana e, ao mesmo tempo, seja lançado um olhar microfísico sobre o indivíduo: vigiar para ver se realmente está cumprindo suas obrigações, anotar todo seu desempenho e compará-lo à média geral. Dar-se-á o rótulo de normal àquele que foi realmente adestrado e o de anormal àquele que foge aos procedimentos de normalização. Castigar-se-á o anormal até o ponto em que ele passe para o patamar da normalidade. Premiar-se-á o normalizado para que se mantenha na norma.

Observa-se, também, que as práticas disciplinares de dispositivos como as escolas militares, hospitais, oficinas, entre outros, serviram de modelo para a criação de outros dispositivos que permitem a edificação de mais formas de saberes sobre os indivíduos. Decorrente disso observou-se a multiplicação das instâncias disciplinares nos séculos XVII e XVIII, o que possibilitou a Foucault caracterizar a sociedade, vista pelo poder de disciplina, como sociedade disciplinar, ou mesmo, sociedade panóptica.

Se os dispositivos disciplinares formam saberes sobre os indivíduos, se esses saberes os classificam num índice de normalidade e anormalidade, se aumentaram o número desses, significa que aumentaram também o número de juizes no período disciplinar:

Estamos na sociedade do professor-juiz, do médico-juiz, do educador-juiz, do 'assistente social'-juiz; todos fazem reinar a universalidade do normativo; e cada um no ponto em que se encontra, aí submete o corpo, os gestos, os comportamentos, as condutas, as aptidões, os desempenhos. (FOUCAULT, 2007, p. 251).

Embora os dispositivos disciplinares de poder-saber possuam procedimentos de normalização próprios, enviam um indivíduo de uma instância disciplinar à outra, tornando a disciplina, dessa forma, infinita. Isso significa também que, se um dispositivo de poder-saber está em relação com outro, seus efeitos de poder, tanto positivos⁹ quanto negativos, refletem nos demais: daí a necessidade de articulação estratégica para utilizar efeitos de contrapoder, como demonstrado no caso da delinquência que a prisão produz.

REFERÊNCIAS

- BAMPI, L. *Governo etnomatemático: tecnologias do multiculturalismo*. 2003. 187f. Tese (Doutorado em Educação)– Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.
- CASTRO, E. *Vocabulário de Foucault*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.
- CORAZZA, S. M. *História da infância sem fim*. Ijuí: Unijuí, 2000.
- FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: história da violência nas prisões*. 34. ed. Petrópolis, Vozes, 2007.
- _____. In: MOTTA, M. B. (Org.). *Ditos e escritos: estratégia, poder-saber* (vol. IV). 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.
- _____. In: MOTTA, M. B. (Org.). *Ditos e escritos: Arqueologia das ciências história dos sistemas de pensamento* (vol. II). 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.
- _____. *As palavras e as coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- _____. M. Conferência V. In: *As verdades e formas jurídicas*. Rio de Janeiro: NAU, 2003.
- _____. *Arqueologia do Saber*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- _____. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- HOBBS, T. *O leviatã*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- JARDIM, A. F. C. Michel Foucault e a educação: o investimento político do corpo. *Revista UNIMONTES Científica*, Montes Claros, v.8 n.2, p. 103-118, jul./dez. 2006.
- REVEL, J. *Dicionário Foucault*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.